



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

EOL POTIGUAR B61 SPE S.A.

CNPJ nº 34.109.229/0001-80

www.copel.com copel@copel.com

Lote 05, Vila Pernambuco, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59.663-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

A ACIONISTA

A Administração da EOL Potiguar B61 SPE S.A. (EOL Ventos de Vila Mato Grosso I ou Companhia), controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. que, por sua vez, é controlada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A EOL Ventos de Vila Mato Grosso I tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte e firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 29º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 28.06.2019.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	14,53	93,12	11.06.2021	06.12.2054

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2021.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2021.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	315.754	142.058	122,3
Caixa e equivalentes de caixa	27.388	45.460	(39,8)
Títulos e valores mobiliários	3.254	-	-
Dívida total	168.770	-	-
Dívida líquida	138.128	-	-
Receita operacional bruta	38.110	-	-
Deduções da receita	(1.391)	-	-
Receita operacional líquida (ROL)	36.719	-	-
Custos e despesas operacionais	(12.932)	(65)	19.795,4
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	23.787	(65)	(36.695,4)
Ebitda ou Lajida	29.424	(65)	(45.367,7)
Resultado financeiro	(7.122)	46	(15.582,6)
IRPJ/CSLL	(1.607)	(200)	703,5
Lucro operacional	23.787	(65)	(36.695,4)
Lucro líquido do exercício	15.058	(219)	(6.975,8)
Patrimônio líquido	131.082	107.118	22,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	3,2	11,6	(72,4)
Liquidez geral (índice)	0,2	1,3	(84,4)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/ROL) (%)	80,1	-	-
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	128,8	-	-
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	64,8	-	-
Margem líquida (lucro ou prejuízo líquido/ROL) (%)	41,0	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	58,5	24,6	137,8
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	14,1	173,8	(91,9)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 14 de abril de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
MARCIO LUIS BLOOT
CRISTINA KAKAWA
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Membros titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORISSY
LILIAN RENATA DE ANDRADE
ALFONSO SCHMITT
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES
Diretor de Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

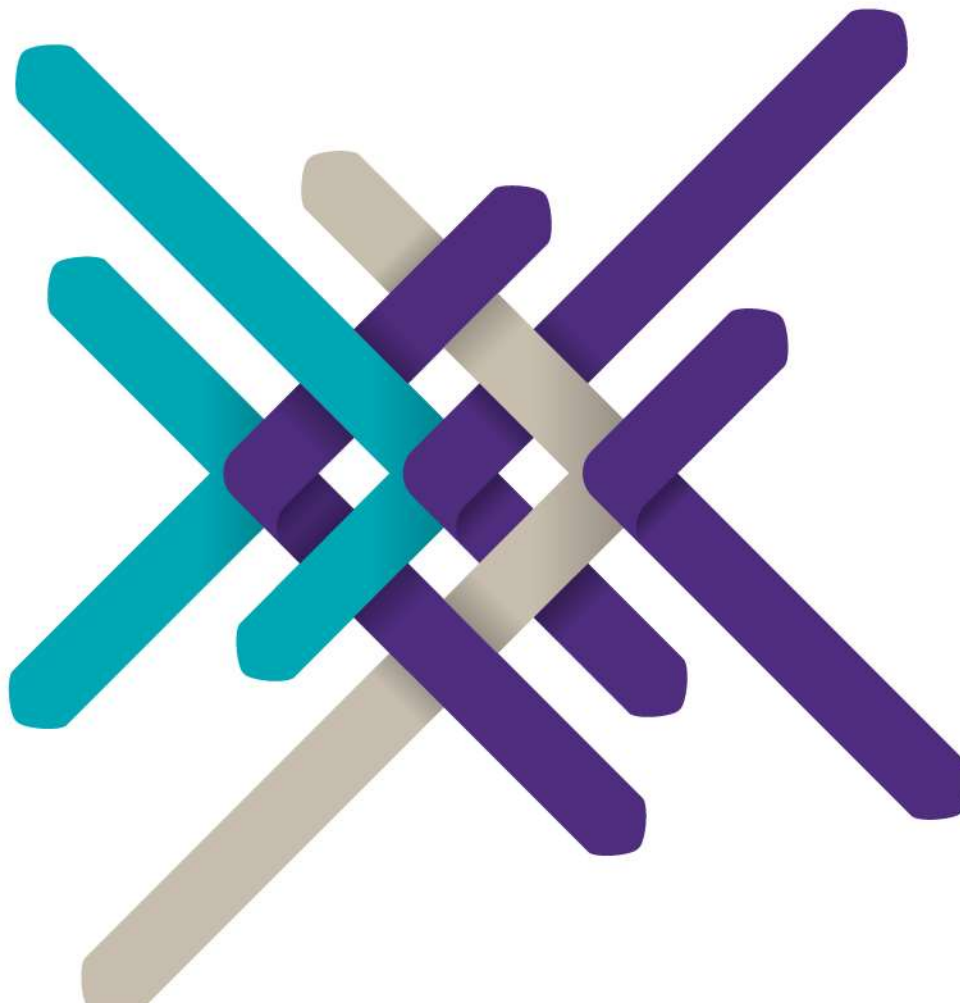
CONTADOR

CRC-SP-218679/O-2 MAX ANSELMO CARVALHO

EOL POTIGUAR B61 SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhada do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores da
EOL Potiguar B61 SPE S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EOL Potiguar B61 SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EOL Potiguar B61 SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.



Ricardo Flores de Oliveira
CT CRC SP-215.609/O-4 – T - RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	27.388	45.460	Fornecedores	9	1.752	2.680
Contas a receber	6	4.210	-	Empréstimos e financiamentos	11	3.824	-
Contas a receber - partes relacionadas	13	2.453	-	Obrigações fiscais e trabalhistas	12	1.528	186
Impostos a recuperar		47	-	Arrendamentos	14	55	83
Adiantamento a fornecedores		171	174	Contas a pagar - partes relacionadas	13	-	970
Outros ativos		3	-	Dividendos - partes relacionadas	13	3.494	-
Total do ativo circulante		34.272	45.634	Total do passivo circulante		10.653	3.919
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	3.254	-	Empréstimos e financiamentos	11	164.946	-
Imobilizado	7	274.347	93.127	Mútuo - partes relacionadas	13	-	21.899
Intangível	8	3.881	3.297	Arrendamentos	14	9.073	9.122
Total do ativo não circulante		281.482	96.424	Total do passivo não circulante		174.019	31.021
				Total do passivo		184.672	34.940
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		119.863	107.463
				Reserva legal		736	-
				Reserva de lucro		10.483	-
				Prejuízos acumulados		-	(345)
				Total patrimônio líquido		131.082	107.118
Total do ativo		315.754	142.058	Total do passivo e patrimônio líquido		315.754	142.058

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EOL Potiguar B61 SPE S.A

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto lucro por ação, em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	17	36.719	-
Custos operacionais	18	(12.315)	-
Lucro bruto		24.404	-
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	18	(617)	(65)
Resultado operacional		23.787	(65)
Despesas financeiras		(8.467)	(606)
Receitas financeiras		1.345	652
Resultado financeiro	19	(7.122)	46
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		16.665	(19)
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.607)	(200)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		15.058	(219)
Lucro (prejuízo) por ação		0,13	0,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EOL Potiguar B61 SPE S.A

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	15.058	(219)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>15.058</u>	<u>(219)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-	-	-	-	(126)	(126)
Aumento/integralização de capital	107.463	-	-	-	-	107.463
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(219)	(219)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.463	-	-	-	(345)	107.118
Aumento/integralização de capital	12.400	-	-	-	-	12.400
Lucro do exercício	-	-	-	-	15.058	15.058
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	736	-	736	(736)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.494)	(3.494)
Lucros retidos a deliberar	-	-	10.483	10.483	(10.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	119.863	736	10.483	11.219	-	131.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	16.665	(19)
Ajustes por:		
Rendimentos de aplicações financeiras	(654)	-
Resultado financeiro - Provisão de juros	7.530	-
Depreciação e amortização	5.637	-
Aumento / diminuição em ativos e passivos		
(Aumento) / redução em contas a receber	(4.210)	-
(Aumento) / redução em adiantamento a fornecedores	3	(173)
(Aumento) / redução em partes relacionadas - contas a receber	(2.453)	-
(Aumento) / redução em impostos a recuperar	(47)	-
(Aumento) / redução em outros ativos	(3)	-
Aumento / (redução) em fornecedores	(928)	2.651
Aumento / (redução) em obrigações fiscais e trabalhistas	188	110
Aumento / (redução) em partes relacionadas - contas a pagar	(970)	(205)
Recursos provenientes das atividades operacionais	20.758	2.364
Imposto de renda e contribuição social pagos	(453)	(149)
Recursos gerados pelas atividades operacionais	20.305	2.215
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(2.600)	-
(Aquisições) / baixa de intangível	(664)	(1.726)
(Aquisições) / baixa de imobilizado	(187.025)	(68.179)
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(190.289)	(69.905)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Mútuos - Partes relacionadas	(22.414)	-
Recebimento de empréstimos e financiamentos	162.190	-
Pagamento de arrendamentos	(264)	-
Aumento/integralização de capital	12.400	107.463
Recursos gerados pelas atividades de financiamento	151.912	107.463
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(18.072)	39.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	45.460	5.687
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(18.072)	39.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	27.388	45.460
Transações que não afetam o caixa		
(Aquisição) / baixa de intangível	-	(1.150)
(Aquisição) / baixa de imobilizado	(12.876)	(6.705)
Registro de arrendamento e direito de uso	50	(9.205)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

Constituída em 03 de julho de 2019, a companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido no parque eólico denominado EOL Ventos de Vila Mato Grosso I. A construção da usina foi concluída em junho de 2021.

Em 17 de maio de 2021, a Copel Geração e Transmissão (“Copel GeT”) assinou contrato para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas, empreendimento este formado por um conjunto de 5 parques eólicos, através de participação direta detidas pelas empresas Brownfield Investment Holding Ltda. e Ventos de Serra do Mel B S.A., nas investidas EOL Potiguar B141 SPE S.A, EOL Potiguar B142 SPE S.A, EOL Potiguar B143 SPE S.A, EOL Potiguar Paraíba IV SPE S.A e EOL Potiguar B61 S.A. Este processo foi totalmente concluído em 30 de novembro de 2021.

1.1 Autorização do Parque Eólico Potiguar B61

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 453 de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 06 de dezembro de 2019, alterada pelos Despachos ANEEL nº 35 de 7 de Janeiro de 2020 e nº 1.562, de 2 de junho de 2020, que autorizaram a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Vila Mato Grosso I, constituída de 17 Unidades Geradoras, totalizando 58.905kW de capacidade instalada.

1.2 Contrato de Comercialização no ambiente livre – CCEAL

Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. A Companhia firmou contratos no Ambiente Livre de Comercialização (ACL) os quais estão em andamento.

1.3 Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado – CCEAR

Para complementar a venda da Energia Gerada pelo parque eólico a Companhia firmou em 01 de abril de 2020 um Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 29º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 28 de Junho de 2019 (Leilão nº 03/2018-ANEEL). Por este contrato, a Companhia se compromete a vender um percentual da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2023, ao preço original de R\$ 79,92/MWh (Junho de 2019), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPC-A).

1.4 Impactos do Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e, desde então, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações.

Com base em todos os acontecimentos, a Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Nessa linha, o Grupo Voltalia estabeleceu um Comitê de Contingência, cujo objetivo é monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia. Os 4 pilares definidos são:

- (i) segurança das pessoas
- (ii) continuidade das atividades essenciais,
- (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e
- (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos do Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

Redução do valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “impairment” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por “impairment”. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 não pode ser estimado com segurança no momento. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de “impairment”.

Liquidez

Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Companhia. A Administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais da Companhia. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Valor justo de outros ativos e passivos

Até o momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 16 de março de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem depreciação e amortização do ativo fixo e determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5 Demonstração dos resultados abrangentes

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do período, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

2.6 Demais políticas contábeis

As demais políticas contábeis estão descritas detalhadamente na Nota 22.

3 Gerenciamento de riscos

3.1 Fatores de risco financeiro

3.1.1 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros para investimentos da construção das usinas eólicas foram obtidos através dos aportes de capital realizados por sua controladora e empréstimos com as mesmas. Tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um ano e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos	3.824	17.697	53.091	94.158	168.770
Fornecedores	1.752	-	-	-	1.752
Dividendos - Partes relacionadas	3.494	-	-	-	3.494
Arrendamentos	55	55	165	8.853	9.128
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	2.680	-	-	-	2.680
Contas a pagar - Partes relacionadas	970	-	-	-	970
Mútuos - Partes relacionadas	-	-	-	21.899	21.899

3.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos de longo prazo.

3.2 Riscos regulatórios

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.3 Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estarão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, sendo os valores de mercado dos financiamentos muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	5.227	52
Aplicações Financeiras	22.161	45.408
	<u>27.388</u>	<u>45.460</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade é progressiva em relação ao prazo de aplicação, iniciando em 70% até 96% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e mantida junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

Em 2021 o Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 94,60% do CDI.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

5 Títulos e valores mobiliários

Para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em 2021 o Fundo de Liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado ente o BNB e EOL Potiguar B61. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 1,98% do valor do saldo devedor do empréstimo. Tais recursos serão investidos em aplicações definidas pelo próprio BNB e eventuais excedentes poderão ser liberados para a conta de livre movimentação da Companhia com periodicidade não inferior a três meses. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento ou liquidação antecipada da dívida.

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que o mesmo possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento deveria ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e o mesmo é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador. O fundo para o exercício de 2021 busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho no ano foi de 10,00% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	8	-
Conta corrente - restrita	3.246	-
Total	<u>3.254</u>	<u>-</u>

6 Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	2.480	-
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	1.730	-
	<u>4.210</u>	<u>-</u>

7 Imobilizado

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Custo Histórico</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo Histórico</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em curso				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	-	83.921	83.921
Total do imobilizado em curso	-	-	83.921	83.921
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	270.553	265.120	-	-
Total do imobilizado em operação	270.553	265.120	-	-
Bens em operação				
Terreno - Direito de uso	9.152	9.057	9.206	9.206
Instalações	9	8	-	-
Máquinas e equipamentos	178	162	-	-
Total dos bens em operação	9.339	9.227	9.206	9.206
Total do imobilizado	<u>279.892</u>	<u>274.347</u>	<u>93.127</u>	<u>93.127</u>

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

7.1 Movimentações entre 2021 e 2020:

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Outras movimentações	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em curso					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	83.921	198.194	(282.115)	-	-
Total do imobilizado em curso	83.921	198.194	(282.115)	-	-
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	19	270.534	(5.433)	265.120
Total do imobilizado em operação	-	19	270.534	(5.433)	265.120
Bens em operação					
Terreno - Direito de uso	9.206	1.360	(1.414)	(95)	9.057
Instalações	-	9	-	(1)	8
Máquinas e equipamentos	-	59	119	(16)	162
Total dos bens em curso	9.206	1.428	(1.295)	(112)	9.227
Total do imobilizado	93.127	199.641	(12.876)	(5.545)	274.347

	Valor líquido em 31/12/2019 (não auditado)	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em curso			
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	9.039	74.882	83.921
Total do imobilizado em curso	9.039	74.882	83.921
Bens em operação			
Terreno - Direito de uso	-	9.206	9.206
Total dos bens em curso	-	9.206	9.206
Total do imobilizado	9.039	84.088	93.127

Os financiamentos através de capital próprio (Nota 11) estão garantidos por 17 turbinas de geração de energia que estão em fase de operação.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

8 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Custo Histórico
Intangível em curso				
Gastos desenvolvimento	-	-	3.297	3.297
Total do intangível em curso	-	-	3.297	3.297
Intangível em operação				
Intangível em operação	3.947	3.868	-	-
Software	14	13	-	-
Total do intangível em operação	3.961	3.881	-	-
Total do intangível	3.961	3.881	3.297	3.297

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Outras movimentações	Amortização	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em curso					
Gastos desenvolvimento	3.297	650	(3.947)	-	-
Total do intangível em curso	3.297	650	(3.947)	-	-
Intangível em operação					
Gastos desenvolvimento	-	-	3.947	(79)	3.868
Software	-	14	-	(1)	13
Total do intangível em operação	-	14	3.947	(80)	3.881
Total do intangível	3.297	664	-	(80)	3.881

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível em curso			
Gastos desenvolvimento		421	3.297
Total do intangível em curso		421	3.297
Total do intangível		421	3.297

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

9 Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais e serviços	1.329	22
Encargos de transmissão	248	-
Operação e manutenção	175	-
Construção	-	2.658
Total de fornecedores	<u>1.752</u>	<u>2.680</u>

10 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Serão duas verificações: (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração – 90% do Contrato) deverá ser paga em parcela única no primeiro ciclo de faturamento do ano seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre 1,15 do preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 10ª do referido contrato. E caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração – 100% do Contrato) deverá ser paga em parcela única no primeiro ciclo de faturamento do ano seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre o preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 10ª do referido contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não registrou nenhum valor no seu balanço correspondente a provisão para ressarcimento anual e quadrienal, pois a previsão de início da geração é janeiro de 2023 conforme mencionado na Nota 1.

11 Empréstimos e financiamentos

11.1 Composição dos saldos

	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>Moeda</u>	<u>Prazo do contrato</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Financiamentos					
Banco do Nordeste do Brasil S.A	IPCA + 1,4865% a.a.	Real	11/11/2020 - 15/08/2040	168.770	-
Total circulante				<u>3.824</u>	-
Total não circulante				<u>164.946</u>	-

Em 11 de novembro de 2020 a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 163.886.000 com vencimento para agosto de 2040. O referido contrato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread de 1,4865% a.a. (com bônus de adimplência de 15% incidentes sobre o Spread). O primeiro repasse aconteceu em março de 2021.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos financiamentos no exercício de 2021 é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Captações	162.190
Juros - ativo	4.162
Juros - resultado	9.973
Custos da transação	(7.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	168.770

11.2 Cláusulas restritivas (“Covenants”)

O financiamento junto ao BNB estabelece que o comprometimento da capacidade de pagamento encontre-se abaixo de 70% durante todo o prazo de reembolso do financiamento. O referido cálculo é realizado conforme abaixo:

Capacidade de Pagamento = (i) / (ii), onde:

- i. Somatório das parcelas de amortização de principal das operações, em um período de 12 meses não necessariamente coincidente com o ano civil;
- ii. Soma do lucro líquido com os custos e despesas de depreciação e amortização e o resultado de itens não recorrentes, no mesmo período de 12 meses não necessariamente coincidente com o ano civil.

Em 31 de dezembro de 2021 não existia a necessidade de comprometimento da referida capacidade.

11.3 Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- a. O contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e centralização de recebíveis;
- b. O contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes;
- c. O contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da concessão/autorização;
- d. O contrato do penhor de ações;
- e. Alienação fiduciária dos aerogeradores do empreendimento (17 turbinas para a geração de energia);
- f. A constituição e cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M) em valor de R\$ 1.580.000,00, equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M de acordo com os contratos firmados com os fabricantes;
- g. Fiança corporativa da sócia/acionista controladora do creditado, desde que seja empresa nacional. (Esta garantia não foi aplicável visto que temos 100% de cobertura da dívida com os fiadores);
- h. Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva correspondente a pelo menos R\$ 3.246.000,00 ou o equivalente a 1,98% do valor desembolsado, mantido durante todo o prazo do contrato.
- i. Fiança bancária de 100%, formalizada pela(s) carta(s) de fiança emitida(s) pelo(s) fiador(es) a cada desembolso, mantidas até a efetiva liquidação da operação ou, alternativamente, pelo prazo mínimo de um ano com obrigatoriedade de renovação até a conclusão física e financeira do projeto, quando as mesmas poderão ser reduzidas ou baixadas conforme definido nas cláusulas contratuais. As fianças poderão ainda ser reduzidas ou baixadas em caso de aumento do valor do fundo de liquidez para R\$ 6.492.000,00 ou 3,96% do valor desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

12 Obrigações fiscais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ	708	38
COFINS	358	-
CSLL	355	21
PIS	77	-
IRRF A RECOLHER	-	115
ISS	-	7
Outros	30	5
Total	<u>1.528</u>	<u>186</u>

13 Partes relacionadas

A Companhia possui transações com as empresas do grupo como segue:

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>	
	Ativo contas a receber	Passivo dividendos	Resultado - venda de energia	Passivo mútuos	Imobilizado em curso (variação cambial)
Circulante					
Companhia Paranaense de Energia	2.453	3.494	16.935	-	-
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	-	-	970	-
Total circulante	<u>2.453</u>	<u>3.494</u>	<u>16.935</u>	<u>970</u>	<u>-</u>
Não circulante					
Voltalia S.A.	-	-	-	21.899	6.655
Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.899</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.453</u>	<u>3.494</u>	<u>16.935</u>	<u>22.869</u>	<u>-</u>

O mútuo com a Voltalia S.A. tem juros remuneratórios de 3,309% ao ano, tendo seu pagamento ocorrido em novembro de 2021.

Conforme mencionado na nota 1, em 2021 houve a mudança de controle acionário, dessa forma, os saldos de Contas a Pagar com Partes Relacionadas até 30 de novembro de 2021 foram liquidados e eventuais valores a pagar com empresas do grupo Voltalia foram reclassificados para o grupo de fornecedores.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

14 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento fundiários por escopo do IFRS 16 possuem vencimento entre junho de 2068 a julho de 2070, com taxa de desconto praticada de 4,55%.

Os impactos no passivo pela aplicação do IFRS 16 são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Adições / Baixas</u>	<u>Transf CP / LP</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo Circulante	83	-	(27)	-	(1)	55
Passivo Não Circulante	9.122	237	(237)	(50)	1	9.073
Total no Passivo	<u>9.205</u>	<u>237</u>	<u>(264)</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>9.128</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições / Baixas</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Circulante	-	83	83
Passivo Não Circulante	-	9.122	9.122
Total no Passivo	<u>-</u>	<u>9.205</u>	<u>9.205</u>

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 7.1.

15 Contingências

A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$119.863 (2020: R\$ 107.463), dividido em 119.862.698 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme descrito abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor (reais)</u>	<u>%</u>
Browfield Investment Holding Ltda.	99	0,0001%	99,00	0,0001%
Companhia Paranaense de Energia	119.862.599	99,9999%	119.862.598,87	99,9999%
	<u>119.862.698</u>	<u>100%</u>	<u>119.862.697,87</u>	<u>100%</u>

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Em AGE realizada em 28 de janeiro de 2021 foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 12.400, mediante a emissão de 12.400.000 ações ordinárias, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital social da Companhia foi totalmente subscrito e integralizado.

16.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou prejuízos e, dessa forma, não houve destinação de resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou lucro e, dessa forma, houve destinação de resultado. O lucro do exercício de 2021 e a sua destinação estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido apurado no exercício	15.058
Absorção de prejuízos acumulados	(345)
Constituição da reserva legal - 5%	(736)
	<u>13.977</u>
Destinação do lucro:	<u>13.977</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	3.494
Lucros retidos a deliberar	10.483

17 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de fornecimento - Partes relacionadas	16.935	-
Receita bruta de fornecimento - ACL	12.176	-
Receita bruta de fornecimento - CCEE	8.999	-
Tributos sobre receita	(1.391)	-
	<u>36.719</u>	<u>-</u>

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(5.637)	-	-	-
Encargos setoriais	(2.437)	-	-	-
Energia comprada para revenda	(2.291)	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	(905)	-	-	-
Aluguéis	(905)	-	-	-
Seguros	(140)	-	-	-
Serviços de terceiros	-	(481)	-	(52)
Despesas administrativas gerais	-	(136)	-	(13)
	(12.315)	(617)	-	(65)

19 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	654	652
Variação cambial ativa	659	-
Outras receitas financeiras	32	-
Total	1.345	652
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(2.101)	-
IOF	(82)	(410)
Juros	(6.088)	-
Outras despesas financeiras	(196)	(196)
Total	(8.467)	(606)
Total de resultado financeiro	(7.122)	46

20 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	38.110	-
Presunção imposto de renda - 8% (a)	3.049	-
Presunção contribuição social - 12% (b)	4.573	-
Demais receitas e ganhos de capital (c)	1.344	652
Base de Calculo - IRPJ (a)+(c)	4.393	652
Imposto de renda:15%	659	99
Adicional de Imposto de Renda: 10%	415	41
Total IRPJ	1.074	140
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	5.917	652
Contribuição social: 9%	533	60
Total de CSLL	533	60
Total IRPJ e CSLL	1.607	200

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

21 Cobertura de seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - TOKIO MARINE	28.11.2022	355.376
Responsabilidade civil administradores	30.11.2022	67.927

22 Principais práticas contábeis adotadas

22.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

22.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se aos créditos decorrentes da geração de energia faturados e a faturar. Os saldos de contas a receber são contabilizados pelo regime de competência, e são demonstradas pelo valor de realização.

22.3 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 25 anos.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

22.4 Intangível

22.4.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

22.4.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

22.4.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

22.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

22.5.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

22.5.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

22.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

22.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

22.8 Tributação

22.8.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo (Sigla) -> Alíquotas

Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

22.8.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido em 2021 e em 2020.

De acordo com a sistemática do Lucro Presumido, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

22.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

22.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

22.11 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

22.12 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foi de 4,55% ao ano, conforme operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

22.13 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

As novas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma), não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros, se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o comitê de pronunciamentos contábeis (“CPC”) estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático, quando aplicável, dentro do período da norma.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

22.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração do IFRS 4 "Contratos de Seguros": em maio de 2017, o IFRS 17 foi emitido como substituto do IFRS 4, o qual requer um modelo de mensuração atual onde as estimativas são remensuradas em cada período de relatório. A norma permite a escolha entre o reconhecimento de mudanças nas taxas de desconto na demonstração do resultado ou diretamente em outros resultados abrangentes. Em julho de 2020, uma série de alterações foram feitas, de modo a facilitar a aplicação da norma, além de terem adiado a efetiva aplicação da norma para janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1o de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022:
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

EOL Potiguar B61 SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e seu coligada ou joint venture: as alterações esclarecem o tratamento contábil para vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e suas coligadas ou joint ventures. Conforme as alterações, o tratamento contábil irá depender se os ativos não monetários vendidos ou contribuídos para uma coligada constituem um "negócio" (IFRS 3), e frente a isso é que o ganho ou perda será reconhecido total ou parcialmente. Em 2015, o IASB decidiu que só aplicará a referida alteração após finalizar seu projeto de pesquisa sobre o método de equivalência patrimonial, de modo que a data efetiva de aplicação ainda não foi definida.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e controladas.

* * *

EOL POTIGUAR B61 SPE S.A.
CNPJ Nº 34.109.229/0001-80
NIRE 24300013035
SUBSIDIÁRIA DA
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E A
PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO
EXERCÍCIO DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da EOL Potiguar B61 SPE S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de abril de 2022

(assinado eletronicamente)
ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

